

Expansão temporal do militarismo: captura do futuro no engajamento militar doméstico no Brasil

Militarism temporal expansion: capturing the future in the domestic military engagement in Brazil

Rev. Bras. Est. Def. v. 11, n. 2, jul./dez. 2024, p. 135–159

DOI: 10.26792/RBED.v11n2.2024.75397

ISSN 2358-3932

MARIANA DA GAMA JANOT
DAVID SUCCI JUNIOR
SAMUEL ALVES SOARES

INTRODUÇÃO

Desde a transição para a democracia, o emprego doméstico das forças armadas e a atuação militar nas esferas políticas, bem como a relação entre estes dois fenômenos, têm sido objeto de pesquisa da área de relações civil-militares e estudos de defesa (Marques 2023). Uma das formas que costuma ser mobilizada para posicionar as análises sobre esses fenômenos é por via da institucionalidade, ou seja, associando-os à fragilidade das instituições políticas civis (Marez and Martinez 2014). Neste artigo, partimos de uma abordagem alternativa, mobilizando os estudos críticos de segurança em diálogo com estudos de futuro para analisar essa expansão da presença militar a partir de uma dimensão própria de sua prática profissional, que são os planejamentos de atividades de emprego das Forças. Focando no Exército, argumentamos que há uma produção, nessa prática

Mariana da Gama Janot é doutoranda em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas. Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional — Gedes e do Grupo de Elaboração de Cenários e Estudos de Futuro (Gecef). Orcid.org/0000-0001-7885-8187. E-mail: mariana.janot@unesp.br.

David Succi Junior é pesquisador de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas. Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional — Gedes e do Grupo de Elaboração de Cenários e Estudos de Futuro (Gecef). Orcid.org/0000-0003-0612-7013. E-mail: david.succi@unesp.br.

Samuel Alves Soares é professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas — Unesp-Unicamp-PUC-SP. Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional — Gedes. Coordenador do Grupo de Elaboração de Cenários e Estudos de Futuro (Gecef). Pesquisador 2 do CNPq. Orcid.org/0000-0002-7386-8682. E-mail: samuel.soares@unesp.br

de planejamento, de imagens e projeções de futuro que resultam em uma expansão temporal do militarismo: uma projeção da instituição militar como definidora de um futuro a ser alcançado, constantemente adiado, que perpetua o discurso da ingerência militar sobre a população.

Esta dinâmica se processa a partir de duas temporalidades. Uma, de longo prazo — sem que haja uma definição específica de recorte temporal — entranhada na identidade militar, que define o futuro ao qual se deve chegar, limitando outras possibilidades e visões alternativas, em uma lógica de predição.¹ Nesta temporalidade residem as decisões político-estratégicas, que estabelecem os objetivos mais amplos e refletem, de forma mais evidenciada, os interesses dos atores envolvidos. Outra, de curto prazo, é informada pela primeira e está refletida nas práticas das operações domésticas. Esta se alinha às questões tático-operacionais, nas quais o processo decisório é praticamente imediato ou planejado bem próximo da ação. Propomos que a distinção é meramente formal. O que se apresenta como uma questão tático-operacional — que estaria pretensamente desvinculada de uma proposição político-estratégica —, reflete uma concepção política sobre como a vida política e social deve ser organizada.

Trabalhamos esse argumento a partir da análise das concepções doutrinárias de emprego da força terrestre das duas últimas décadas, em que vigora a associação entre a provisão de um dado desenvolvimento e progresso e a produção de segurança e ordem não apenas como um peso histórico da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), mas sim como parte da prática militar de planejamento de ações sobre a população. Mais especificamente, olhamos para as dinâmicas de domínio sobre a informação e promoção de progresso sobre “terrenos humanos” na atuação doméstica e da definição de um “Estado Final Desejável” (Brasil 2015) para explorar como o Exército concebe a atuação sobre o ambiente doméstico, expandindo sua presença não apenas no espaço, mas também no tempo. A ideia de um Estado Final Desejável faz parte da concepção da pacificação como forma de emprego da força terrestre, que, junto das operações de Garantia da Lei e da Ordem e de ações cívico-sociais, compõem um conjunto de formas de emprego das forças armadas voltadas para o ordenamento social (Rodrigues, Mendonça, and Morato 2022; Passos 2023). Nosso foco, nesse artigo, está na produção do engajamento militar doméstico. No entanto, sem ignorar o fenômeno da atuação militar na política, sinalizamos a manifestação dessa expansão do militarismo via interpretação e projeção de um futuro desejável, também podendo ser observada em fenômenos como Projeto de Nação.

Partimos da concepção de que o futuro guarda importância central nas ações de atores. Sendo o futuro a demarcação das ações no presente, estabelecer seus marcos, limites, proposições e condições é uma poderosa

ferramenta política. O futuro pode ser concebido como múltiplo e incerto (Godet and Durance 2011), porém, aqueles com maior condição de poder estabelecem restrições de alternativas de futuro, forma recorrente para apaziguar as angústias produzidas pela incerteza. Eliminar a angústia do futuro fornece meios de reduzir as possibilidades de concretização de cenários de futuro considerados ameaçadores, constituindo assim uma terapia social (Minois 2016). Encenar riscos indicativos de ameaças (Beck 2008) é uma forma de buscar legitimar medidas excepcionais, em uma fórmula simplificada de troca de liberdade por pretensa segurança, cujo resultado é uma sensação de segurança.

Por outro lado, estabelecer possibilidades de futuro é obter a adesão para a ação. Neste sentido, “predizer é ao mesmo tempo agir” (Minois 2016, 3). Se a antecipação e a predição constituem e operam para conformar as ações no presente, reduzir a multiplicidade de futuros concede a possibilidade de restringir ou mesmo impedir futuros imaginados, condição propícia para o exercício desmesurado do poder político. A tendência tecno-determinista produz o monofuturismo (Reina-Rozo 2023) ou confirma a extorsão de futuros, um processo de desfuturação (Escobar 2016), uma extração do pensar e do sentir, se analisarmos em uma perspectiva decolonial.

Com estes marcos mais gerais sobre o futuro e sua indébita apropriação é que indicamos que as concepções e práticas das forças armadas brasileiras — no caso específico do Exército — orientam-se para estabelecer futuros ou mesmo um futuro restrito, focado no estabelecimento e preservação de uma ordem social vinculada a uma determinada visão de segurança e desenvolvimento. Ainda mais, propomos que o processo de desfuturação é uma medida de contrainsurgência, estabelecida como uma forma de conquista de mentes e corações. É o que denominamos *expansão temporal do militarismo*.

Organizamos o texto em quatro seções. Na primeira, apresentamos uma revisão da literatura sobre a atuação interna das forças armadas no Brasil e indicamos como nosso argumento se insere neste corpo bibliográfico. Na segunda seção, desenvolvemos aspectos da temporalidade de longo prazo. Indicamos como a construção da identidade militar brasileira, em particular do Exército, isto é, a forma como compreendem seu lugar na relação com o Estado e a sociedade, implica um posicionamento político sobre qual é o futuro a ser construído no Brasil. Em seguida, nos dedicamos à temporalidade de curto prazo e sua aproximação com as lógicas de pacificação e contrainsurgência, ressaltando como as práticas de antecipação e atuação domésticas, destinadas à produção da ordem interna, refletem uma imagem restrita de futuro a ser construído, conectada à temporalidade de longo prazo. No quarto tópico, destacamos o engajamento militar doméstico contemporâneo, partindo de uma análise da produção

doutrinária das formas sobre esse tipo de ação. Esta análise é orientada pela perspectiva sociológica das práticas de segurança (Balzacq et. al. 2010). Assim, sinalizamos, de início, que a compreensão das práticas não significa atribuir intencionalidade calculada a todas as ações militares, mas sim, buscar pistas e propor novos insumos para debater as várias formas pelas quais o militarismo é produzido no Brasil.

OPERAÇÕES MILITARES DOMÉSTICAS E IDENTIDADE MILITAR NO BRASIL

Do ponto de vista teórico-normativo, os instrumentos de violência do Estado deveriam ser diferenciados entre aqueles destinados ao uso máximo da força, contra ameaças externas à comunidade nacional, e aqueles voltados à garantia do funcionamento do sistema jurídico, mediando relações domésticas por meio do emprego mínimo da violência (Saint-Pierre 2011). Desta concepção decorreria a diferenciação entre forças armadas e forças policiais. De forma correlata, a atuação doméstica dos instrumentos destinados à máxima letalidade constituiria uma medida excepcional. De fato, na maior parte das democracias liberais, a atuação das forças armadas em atividades domésticas, que prevejam ou não o uso da força, está legalmente prevista (Clarke 2006).

No entanto, como já debatido na literatura, em alguns países o envolvimento interno das forças armadas, não apenas em operações com ou sem emprego massivo da força, como também a intervenção política castrense, é tão ubíqua historicamente que seria impreciso compreendê-la como excepcional (Esterhuyse 2019; Succi Junior 2023). Entre as explicações baseadas na concepção da ruptura, destacamos as que explicam as operações internas como (a) reflexo das dinâmicas de controle político sobre as forças armadas; (b) resultado de pressões externas; e (c) resposta pragmática a problemas emergenciais (Succi Junior and Saint-Pierre 2020).

No que se refere ao primeiro grupo de explicações, a atuação das forças armadas no interior das fronteiras nacionais como produto e/ou causa de um controle político frágil do governo civil sobre os instrumentos militares, enquanto o direcionamento das forças armadas a tarefas exclusivamente externas facilitaria sua submissão política (Desch 1999). Esta correlação foi tensionada por outros trabalhos, segundo os quais as operações domésticas das forças armadas: a) não tensiona *per se* o controle político dos militares, quando ordenadas e supervisionadas pelo governo civil (Croissant et al. 2010); b) são frequentemente parte da agenda de governos civis, não uma decisão autônoma das instituições militares (Diamint 2015; Harig 2021); c) insubordinação militar ao comando político não é uma característica exclusiva de operações domésticas (Brooks and Erickson 2022).

O segundo grupo de explicações vincula a atuação doméstica das forças armadas a uma divisão internacional do trabalho militar. Neste âmbito, a literatura destacou a agenda de segurança estadunidense para o continente americano, que, durante a Guerra Fria, promovia a concepção de que aos militares latino-americanos cabia a repressão interna, enquanto a segurança internacional seria incumbência dos Estados Unidos (Lopez 1987). No pós-Guerra Fria, alguns autores sugeriram que esta divisão do trabalho militar seria reforçada pela agenda das novas ameaças, em particular o narcotráfico, e a noção de segurança multidimensional (Saint-Pierre 2011). Por fim, a explicação pragmática assume que há uma situação material objetiva de ameaça à segurança de alguns Estados e populações que não dispõem dos meios necessários para lidar com ela. Deste modo, a mobilização das forças armadas seria uma escolha diante das contingências enfrentadas por determinados governos (Norden 2016).

Mais recentemente, Harig e Ruffa (2021) propuseram uma chave explicativa alternativa. Argumentam que a atitude das forças armadas diante de expansões operacionais e da expansão política depende da visão compartilhada pelas instituições militares sobre o propósito das forças armadas, o que denominam *role conceptions*. Entendemos que a noção de concepções de papel, como proposta pelos autores, está inscrita na identidade militar.

Os trabalhos que abordam a identidade como fator para compreender a ação de Estados, indivíduos e instituições no campo das Relações Internacionais concentram-se na constituição histórica da uma autoimagem sobre o passado, que delinea uma percepção sobre como um determinado ator se compreende no conjunto de interações nas quais está inserido (Weldes 1996). No entanto, como argumenta Berenskoetter (2011), as visões sobre o futuro e sobre qual papel um ator entende que deve vir a ocupar são também constitutivas da identidade, ajudando, portanto, a compreender a formação de interesses e padrões de comportamento (Freedman 2019).

Neste sentido, a atuação doméstica das forças armadas no Brasil, nas suas diferentes formas, reflete e é sustentada discursivamente por uma dinâmica de produção de imagens e concepções de futuro, que se expressa no discurso identitário, assim como nos manuais e práticas militares de atuação doméstica. Neste quesito específico, sustentamos que esta é uma concepção que se alinha às concepções de papel das forças armadas.

IDENTIDADE MILITAR E A CAPTURA DO FUTURO PELO DESENVOLVIMENTO

A narrativa identitária do Exército brasileiro está estruturada a partir da imagem do pacificador, título atribuído ao patrono da instituição, Duque

de Caxias (Siman 2014). Esta narrativa, marcadamente laudatória, pode ser sumarizada por duas características autoatribuídas: a) superioridade moral; e b) superioridade técnica (Succi Junior 2023).

A primeira apresenta os valores e modos de comportamento militares como padrão de cidadania, por serem representantes de qualidades morais supostamente superiores. Neste sentido, ao patrono do Exército — como imagem da instituição — foram atribuídas historicamente qualidades como: racionalidade, distinção intelectual, moderação, legalismo, religiosidade cristã e apego à família (Succi Junior 2023). Estes traços identitários basearam a reivindicação militar de um papel educador, segundo o qual às forças armadas caberia educar a população para que esta pudesse constituir uma comunidade nacional (Castro 1995; Hayes 1991; Mccann 2007). A segunda grande linha da narrativa identitária do Exército Brasileiro descreve os militares brasileiros como a instituição nacional mais bem preparada tecnicamente, composta por administradores públicos eficientes e isentos politicamente. Esta autodescrição é frequentemente mobilizada para legitimar sua interferência política (Succi Junior 2023). Este discurso identitário estrutura a forma como os militares brasileiros dão sentido à posição que ocupam em relação aos civis e estabelece uma lógica segundo à qual caberia às forças armadas controlar as elites políticas, consideradas egoístas e corruptas, e educar a população, considerada iletrada (Coelho 1976; Hayes 1991; Soares 2006).

Assim, a atuação doméstica militar, em operações de diferentes naturezas, é apresentada como necessária para alcançar uma imagem ideal de estabilidade, no futuro, a partir de uma interpretação feita sobre as vulnerabilidades localizadas no presente — por exemplo, a corrupção institucional civil — ameaçam ou colocam em risco sua consecução. Em diferentes momentos históricos, as forças armadas caracterizam as operações domésticas como estranhas às funções militares, mas necessárias em países subdesenvolvidos (Klinger et al 1913; Peri 2012). A atuação política, por sua vez, é negada, estabelecendo-se uma lógica segundo a qual o militar, mesmo quando assume cargos e atividades políticas, se apresenta como um gestor politicamente neutro (Santos and Siman 2022).

A posição autoatribuída pela instituição castrense está direcionada a um futuro projetado, frequentemente associado a um processo de modernização ou construção de determinada ordem. Assenta-se sob o nexo segurança-desenvolvimento, segundo o qual a construção de um “futuro desejável” — desenvolvido — depende de práticas de segurança e, no caso brasileiro, de controle militar sobre a vida política e social (Carvalho and Lima 2023). Sob esta lógica, os militares se apresentam não apenas como um instrumento de modernização, mas como definidores de qual futuro deve ser logrado.

Esta concepção pode ser observada em momentos centrais de formação ou reafirmação da identidade militar brasileira. Ainda no século XIX, a noção de um desenvolvimento universal linear, em relação ao qual o Brasil estaria nos estágios iniciais, acompanhado de um senso de superioridade por parte dos militares, está claramente presente no grupo da Escola Militar da Praia Vermelha (Castro 1995). No início do século XX, os Jovens Turcos sugeriam ser “fato histórico que sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem à sua formação e desenvolvimento” (Klinger et al., 1), sendo “fator poderoso de formação e transformação de uma sociedade retardada e informe”. A restrição do futuro se evidencia com a afirmação de que as aspirações de progresso e desenvolvimento estão “acima de qualquer discussão” (Klinger et al. 2).

Na década de 1930, momento de institucionalização da identidade militar brasileira, a Doutrina Góes Monteiro consolidou o projeto militar de desenvolvimento liderado pelas forças armadas (Coelho 1976; Hayes 1991). É sob esta perspectiva que, nos anos 1950, se estabeleceu a Escola Superior de Guerra (ESG) e a DSN, que deu base à ditadura estabelecida em 1964. Nos “Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra”, afirma-se que “conquistar a segurança nacional consiste em se promover o desenvolvimento geral da Nação” (Sardenberg 2017, 9), sendo este expresso em aspectos demográficos — que incluiriam, segundo o documento, o âmbito cultural e moral —, econômico e financeiro. Estes aspectos concerniriam, portanto, aos militares, enquanto responsáveis pelo desenvolvimento.

Desta forma, o planejamento militar, apresentando-se como planejamento para o país, restringe a possibilidade de futuros alternativos a um determinado caminho de desenvolvimento, ou progresso. O planejamento militar, incumbindo-se de um papel modernizador, orienta-se para uma perspectiva de preservação de uma determinada ordem social, extorquindo possibilidades políticas distintas. No entanto, trata-se de um progresso rumo a um futuro que é constantemente adiado (Siman and Santos 2018), de modo que o argumento sobre a necessidade da ampla presença militar nas diversas atividades nacionais não se dissipa.

PACIFICAÇÃO E CONTRAINSURGÊNCIA: ANTECIPAÇÃO E A TEMPORALIDADE ENCAPSULADA

Pacificação e Segurança são sinônimos, argumenta Neocleous (2011). O exercício da Segurança, seja no formato da aplicação das leis e policiamento, ou no formato da guerra, é um exercício de pacificar populações: fabricar uma ordem social de corpos passíveis de exploração ao sistema capitalista. Rodrigues, Mendonça e Morato (2022) entendem a Pacificação

como um *dispositivo*, ou seja, um conjunto de técnicas (conhecimento, doutrinas, emprego, discursos, instituições, entre outros) de saber, poder e subjetivação da população, que, no caso brasileiro, é intrínseco ao exercício militar.

O direcionamento e ênfase que Neocleous dá à Pacificação/Segurança como empreendimentos próprios do capitalismo convida a interpretações mais explicitamente balizadas por dinâmicas de acumulação e de circulação do capital. A segunda abordagem propõe um olhar mais aprofundado sobre um contexto de pacificação específico, assim como a de outros pesquisadores focados na experiência brasileira (de Souza 2008; Siman 2014) e suas singularidades. Apesar de distintas, as interpretações não são excludentes, na medida em que ambas reafirmam a pacificação como um exercício de poder e sujeição, e sublinham a violência embutida em seu processo e, em especial, reconhecem e sublinham a experiência e reprodução da colonialidade na pacificação. Utilizaremos este último ponto para destacar o elemento da visão de futuro, traçando um fio até a contrainsurgência e sua transposição para o contexto contemporâneo.

O medo do desconhecido, daquilo que está (por) vir faz parte da história humana, remetendo à angústia pela incerteza. Contudo, no contexto de “descobrimento do Novo Mundo”, o medo em torno do desconhecido toma um formato violento nas colonizações, ou, como caracterizam Alliez e Lazaratto, as guerras de subjetividade que estabelecem os padrões do *Self* nos marcos do liberalismo. A produção de subjetividade é “a primeira das produções capitalistas”, uma forma de sujeição aos ditames liberais (Alliez and Lazaratto 2020, 122). As expedições, também como empreendimentos da organização coerção/capital que se construía na Europa, estimulam a produção de técnicas de governar sobre o desconhecido: territórios nos quais se depararam com modos de vida a serem explorados, e que são inscritos sob uma ótica de estranheza e, portanto, de perigo iminente (Federici 2017). Por meio do conhecimento — da reunião e sistematização de informações — do que é estranho, “selvagem”, torna-se possível *antecipar* seu comportamento e planejar ações de acordo.

Essa é a lógica que vai guiar a dominação colonial (Mignolo 1989), dividindo metrópole e colônia, centro e periferia, dentro e fora, eu e o outro. A compartimentalização cartográfica (Fanon 2021) permite a organização do poder e o direcionamento de como e onde aplicar as leis e a força, construindo o ordenamento com algum grau de previsibilidade que, enfim, manifestam a pacificação. Essa dinâmica é historicamente reproduzida nas colônias, adquirindo um formato moderno expressamente militar nas doutrinas de contrainsurgência, que têm influência na profissionalização domesticamente orientada das forças armadas no Brasil (Stepan 1977;

Penido, Costa, and Janot 2021). A experiência francesa, registrada por oficiais como Trinquier e Galula, é especialmente relevante.

No jogo dissuasório da Guerra Fria, o imperativo de antecipar-se ao adversário mobilizou a produção e o espraiamento de serviços de inteligência, espionagem, monitoramento e vigilância globalmente (Fernandes 2009). Na contrainsurgência — e suas concepções associadas, como guerras contrarrevolucionárias e afins —, esse imperativo é ainda mais enfatizado como fator decisivo de combate. Nesse tipo de conflito, a percepção militar sobre o ambiente no qual atua é particularmente sensível à dimensão da vigilância e antecipação, porque as forças partem da premissa de que a ameaça em meio à população é um fato: a antecipação se torna uma questão de sobrevivência. Para as Forças, a condicionante “neblina da guerra” clausewitziana torna-se ainda mais densa pela indistinção entre combatentes/não-combatentes, em que todos são inimigos em potencial, em um território e tecido sociocultural estrangeiro. Onde a incerteza e a indistinção aparecem como realidades, a atividade militar consiste em traçar essas linhas, mediante um trabalho de inteligência para observar e categorizar a população a fim de identificar onde inimigos estão, e, idealmente, de onde inimigos podem vir (Trinquier 1985; Galula 2006). O ponto chave, aqui, é que a antecipação feita pelo lado dominante mira na possibilidade futura da subversão para *negá-la* e conservar uma situação de ordem. Por isso, o tempo é reiteradamente marcado como fator essencial da vitória na estabilização a longo prazo, sendo por meio dessa estabilização que pacificação e contrainsurgência fabricam o ordenamento social (Neocleous 2013)

Apesar dessa contextualização específica da Guerra Fria, a contrainsurgência se atualiza nos contextos de Guerra ao Terror (Olsson 2008; Suchman 2023) e de estabilização interna e combate ao crime organizado, especificamente no Brasil, explicitando o *ethos* pacificador (Rodrigues Maciel and Mendonça 2021). Um exemplo contemporâneo da antecipação na contrainsurgência que conecta o debate com o engajamento doméstico atual, a preocupação com as ameaças em potencial e a lógica civilizatória da pacificação é a noção do Terreno Humano.

O Sistema de Terreno Humano foi desenvolvido pelos Estados Unidos nas operações no Afeganistão e Iraque, um esforço de inteligência que mobilizava cientistas sociais junto às unidades militares no terreno para facilitar a capilarização junto à população (Neocleous 2013). Resumidamente, o Terreno Humano se refere às características, elementos, e informações de caráter político, etnográfico, cultural, social e antropológico da população e território que constituem o ambiente operacional sobre o qual se atua (Santos 2020).

Trata-se de um ambiente operacional centrado na população — no largo sentido do termo — que precisa ser entendido e compreendido *por dentro* para que as forças possam antecipar os riscos e perigos, e desta forma planejar suas ações (Olsson 2008). Mais recentemente, essa lógica é atravessada por um acelerado processo de inovações tecnológicas voltadas, justamente, para ampliar as capacidades de visão, mapeamento, e, na base dos dados, predição de possibilidades via algoritmos (Aradau and Vans Munster 2007; Bruno 2018), em que forças militares e de segurança são especiais produtoras e clientes, pois reforça seus imaginários de onisciência necessários para se preparar contra a incerteza (Suchman 2023). Ou, de outro modo, uma adicional roupagem para a antecipação.

Especialmente na filosofia e na economia política (Arantes 2014; Mariutti 2018), análises sobre tempos de crise, emergência e exceção, capitalismo e segurança têm trazido à tona a discussão sobre a temporalidade, em que se observa, como funcionamento do capitalismo, uma espécie de tirania do instante (Mariutti 2018). As expectativas de catástrofes — revoluções, guerras, crises — reforçam uma dinâmica de redução das expectativas futuras para sanar ansiedades do presente, do agora, em que a ansiedade é assegurar alguma forma de status quo, e por isso entendemos haver um encapsulamento da temporalidade.

No caso brasileiro, é sintomático que as forças armadas tenham mantido a percepção geral de que a população brasileira ainda é esse terreno sobre o qual se atua para evitar a disrupção e influenciar um comportamento ordenado, mesmo após a transição ao fim do período autoritário. Isso se reflete na permanência geral da DSN nas orientações político-estratégicas das forças (Donadelli, Saint-Pierre, and Vitelli 2021) e nas suas formas de engajamento.

A ANTECIPAÇÃO NO ENGAJAMENTO MILITAR DOMÉSTICO CONTEMPORÂNEO

Até aqui, trabalhamos como o Exército produz um acercamento do futuro em sua concepção política de desenvolvimento, predizendo como o país deve alcançá-lo. Nesta seção, apresentamos como esse acercamento se manifesta em uma temporalidade de curto prazo no formato do engajamento militar doméstico. Apresentado de outra forma, analisamos as operações e ações militares voltadas para o ordenamento interno como reflexos dessa visão de futuro de longo prazo, organizadas a partir de planejamentos mais circunscritos a questões específicas, como a segurança pública nas cidades e áreas florestais, segurança de eventos e demais situações que compõem o guarda-chuva das operações de Garantia da Lei e da Ordem. Contudo,

além das GLOs, frisamos que existem formas ainda mais pontuais de engajamento doméstico que são reflexo dessa visão cerceadora de futuro e de desenvolvimento, que são as Ações Cívico-Sociais (Aciso).

As Aciso são ações empreendidas pelas Forças, usualmente de forma específica para cada Força, para prestar diferentes tipos de assistência, apoio e promover medidas sociais e econômicas, seja no território brasileiro ou em outros locais. Mapeando o histórico das Aciso e sua implementação contemporânea pelo Exército, Anaís Passos (2023) faz uma conexão bastante relevante entre essas ações, uma orientação geral das forças armadas para a contrainsurgência, e os engajamentos domésticos contemporâneos. Isso se deve, em grande medida, ao fato de que essas ações vêm de uma busca militar pela conquista da opinião pública e para produzir um ordenamento social, criando um “clima de cumplicidade” (Marques 2007, 104) entre forças armadas e sociedade, que, nas próprias palavras do Exército (2009), atendem a um “ajuste de autoridade”. Concordamos com Passos (2023) na identificação dessa problemática das Aciso do período democrático; no entanto, a partir da discussão sobre pacificação e contrainsurgência, entendemos que esse processo reflete menos uma ruptura com a contrainsurgência e mais um retorno à sua concepção mais primeva, intrínseca à pacificação enquanto forma de produção da segurança e organização da violência.

As Aciso foram assim nomeadas durante a Guerra Fria, no contexto de circulação de doutrinas de contrainsurgência e estratégias de contenção da subversão via segurança e desenvolvimento. Porém, como discutido na seção anterior, vêm de uma prática bem mais antiga do que o contexto ditatorial. Inseridas no conjunto geral das demais operações domésticas, formam essa disposição das forças de agir de forma preventiva, pois, na população, se visualiza o potencial de dissenso ou disrupção que precisa ser antecipado.

Tomemos, por exemplo, alguns dos objetivos da Aciso (Brasil 2009, 2-1):

[...] melhor ajustamento entre as organizações civis e as forças armadas. Contribuir para a integração de valores morais, espirituais, cívicos e materiais da comunidade, de maneira a fortalecer a unidade nacional; desestimular ou enfraquecer o apoio de integrantes da comunidade a atividades ilícitas ou contrárias aos interesses nacionais e da Força (muito utilizada em Op GLO e em Op Paz).

As Aciso estão diretamente associadas à expressão psicossocial do planejamento militar, ou seja, dos elementos relacionados à cultura, educação, religião, opinião pública, tudo aquilo que diz respeito ao comportamento e cotidiano da população, que são o alvo das ações. Para realizar uma ação (Brasil 2009, 21), por mais simples e circunscrita que seja, a Força

produz um reconhecimento sobre a área, cadastra e registra a população, identifica vulnerabilidades e elenca necessidades a serem atendidas, mobiliza a Comunicação Social e Operações Psicológicas para ter capacidade de influência sobre o local. Existe uma preocupação expressa, por meio das Aciso, de induzir um comportamento específico, influenciando os arranjos de comunicação, educação, atividades comunitárias que refletem as concepções de crescimento, ordem e desenvolvimento das próprias Forças. Por exemplo, algumas das atividades citadas pelo Exército (2009, 3-4) são bem explícitas da mentalidade da organização como força modernizadora, como a “realização de testes vocacionais por pessoal habilitado e de reconhecida competência profissional, busca de apoio de empresas privadas ligadas à área de educação (obtenção de recursos, conhecimento, pessoal etc.), e realização de cursos de orientação pedagógica infantil”. A ideia, assim, é que, por meio da inserção no mercado, produtividade e sociabilidade comunitária, evitam-se ou mitigam-se as possibilidades, sobretudo de crianças e jovens, de se comportarem de maneira que possam vir a ser disruptivas à ordem.

Portanto, não é por acaso que o objetivo de dissuasão de atividades “ilícitas ou contrárias” seja expressamente conectado às Operações de GLO, que buscam

[...] a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem. (Brasil 2013, 14-5).

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem deixaram de ser ações de caráter excepcional e se tornaram parte constitutiva do repertório contemporâneo das forças armadas, e, desde 1996, não houve um ano em que ao menos uma operação de GLO não tenha sido deflagrada, segundo o levantamento do próprio Ministério da Defesa. Há diferentes formatos de GLO que se desenvolveram ao longo dessas duas últimas décadas — segurança de eleições, segurança durante a paralisação das polícias militares, combate à violência urbana, segurança de eventos e outros —, em que o escopo das atividades foi aumentando e as Forças foram adquirindo mais experiência (Castro et al. 2023).

Convergente ao argumento em questão, de que o engajamento doméstico reflete o encapsulamento da temporalidade pela antecipação, entendemos que houve um ponto de inflexão importante a partir de 2008 no que diz respeito às GLOs. Com a maior inserção brasileira em operações de paz, intercâmbios militares, acordos com os Estados Unidos, e, no âmbito doméstico, um movimento de reforma nas orientações das forças armadas com a publicação e implementação da Estratégia e Política Nacional de Defesa,

nota-se uma ampliação do engajamento militar na segurança dos eventos internacionais, bem como uma expansão para o policiamento nas áreas de floresta com as recentes operações Verde Brasil (Marques 2023). Outro desdobramento foi a Intervenção Federal no Rio de Janeiro, um formato inédito de reforma da segurança pública do Estado conduzida pelas forças armadas, que se desenvolveu em concomitância a uma operação GLO.

As operações dos eventos internacionais, por definição, são operações que partem do princípio da antecipação: presume-se que eventos de grande porte possam trazer situações de risco, por isso a deflagração das operações. Em 2014, com a Copa do Mundo FIFA e em ano de eleições presidenciais, isso foi aprofundado com a deflagração de uma GLO oficialmente *preventiva*, na medida em que a Operação Copa do Mundo começou um mês antes dos jogos. Isso não é uma exclusividade brasileira, tampouco uma novidade no universo da segurança, e há suficiente debate na literatura sobre securitização, policiamento e militarização envolvendo eventos internacionais e a gestão das cidades-anfitriãs, justamente por causa da antecipação de possíveis ataques de diferentes naturezas, necessidade de lidar com maior fluxo de pessoas, injeção de capital, especulação financeira e assim por diante (Cardoso 2018).

No entanto, o que se apresenta como singularidade para o Brasil é a profundidade do envolvimento militar no planejamento e execução das atividades dos eventos, que estão fortemente voltadas para a vigilâncias das cidades e otimização dos sistemas de monitoramento de maneira geral (Bruno 2018). É no contexto dos grandes eventos, e da sobreposição dessas operações com as operações nas favelas do Rio de Janeiro, que se adquirem e desenvolvem sistemas eletrônicos de captura e armazenamento de dados. Um dos grandes exemplos é a criação dos Centros de Comando e Controle para a Copa do Mundo e para os Jogos Olímpicos (2016) que foram incorporados nos sistemas de segurança pública, facilitando a integração de informações, sempre com a presença militar, no limite, assegurada pelas atribuições do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), cuja coordenação é cargo privativo de oficiais das forças armadas. Ainda, o Exército desenvolveu um sistema próprio para GLOs e demais operações interagências especificamente voltado para a vigilância, chamado Sistema Pacificador, um *software* de registro rápido e móvel de incidentes e ocorrências que permite identificar manchas criminais e regiões-problema nas cidades (Silva 2022). Por fim, essas operações também foram palco de testagem dos drones militares adquiridos pela Força Aérea, tecnologia especificamente desenhada para facilitar, via operacionalização remota, a vigilância sobre grandes áreas e o controle sobre populações (Chamayou 2015; Peron 2021).

Não é por acaso que uma das principais linhas de ação das GLOs sejam as Operações Psicológicas, que têm, justamente, uma finalidade dissuasória, de manipulação da opinião e estão orientadas por ações de inteligência/contrainteligência que demandam vigilância constante sobre a população (Brasil 2013; 2018). Em outras publicações, como o Manual de Campanha de Pacificação do Exército (2015), novamente vigora uma lógica de antecipação e dissuasão por meio da ação militar como estratégia de estabilização de longo prazo. Mais do que ações do tipo vigilância, esse documento, em especial, enfatiza as medidas de apoio ao desenvolvimento, muito devido à expertise associada às operações realizadas no âmbito das Nações Unidas. Assegurar a presença castrense junto às demais agências policiais e, sobretudo, civis, cooperando com e coordenando esforços de reconstrução social, política e econômica, é uma forma de controle e ordenamento sobre o local, norteadas por uma lógica ainda mais explicitamente colonial e civilizatória.

Ainda, é na documentação sobre Pacificação que sobressai o emprego do termo Terreno Humano, “[...] conjunto de características socioculturais relacionadas aos grupos humanos existentes em uma determinada região expressa de forma georreferenciada. Abrange fatores culturais, sociológicos, políticos e econômicos da população local” (Brasil 2015, 36). Conhecer a população permite estabelecer os melhores cursos de ação e manter o apoio dos moradores, bem como daqueles que assistem ao desenrolar da Pacificação por meio das mídias. Aqui, a consciência situacional é ainda mais valorizada, pois o Exército indica que se tornou “irreversível” a importância de manter a consciência situacional e fomentar a capacidade de informar e influenciar públicos (Brasil 2015, 15).

É na Pacificação, enquanto concepção de emprego da força terrestre, que o Exército mobiliza mais explicitamente a noção de um Estado Final Desejável: um estado ideal de estabilidade e normalidade a ser alcançado pela ação da força de pacificação. Para alcançar esse estado, a lógica que pauta a ação no terreno é de que a constante atualização da produção de informações permite a interpretação da situação presente, que, por sua vez, permite identificar os potenciais riscos à consecução do estado desejado, e, então, ajustar e adaptar o planejamento da operação. No léxico castrense, isso é apresentado como a retroalimentação entre os ciclos de inteligência e ciclo adaptativo de operações (Brasil 2015). Ressalte-se que a definição do Estado Final Desejável é atributo do comandante da operação (Brasil 2015, 4–14), situação que aproxima as decisões de longo prazo das ações imediatas em operações.

Outro exemplo da antecipação no engajamento doméstico se revela na Intervenção Federal no Rio de Janeiro, em 2018. Apesar do formato da

Intervenção ter sido inédito, e descrito por oficiais como uma surpresa na época, a operação se desdobra a partir de uma GLO iniciada em 2017, que, ao invés de seguir a estratégia de ocupação das favelas, estaria investindo primeiro na inteligência, reconhecimento, ambientação do terreno e obtenção de dados na região metropolitana do Rio (Mais de... 2017). O que ocorre, na Intervenção, é uma tentativa de reforma da gestão da segurança pública no Estado encabeçada pelas forças armadas, com o propósito de deixar um legado estratégico de gestão, com recursos materiais e de aprendizado para os órgãos de segurança pública (Brasil 2019).

Um dos exemplos concretos do que foi desenvolvido na operação foi a alimentação do sistema de georreferenciamento, desenvolvido junto ao Instituto de Segurança Pública e o Instituto Igarapé. O georreferenciamento, na segurança pública, implica na produção de manchas criminais, ou seja, zonas visualmente identificáveis na cidade onde há maior índice de ocorrências, incidências e demais “problemas” registrados pelas forças armadas/de segurança pública que se tornam alvo da atuação militar e policial. É sobre essas zonas, ou, na própria expressão do Gabinete de Intervenção (Brasil 2018), desse terreno humano que se lançam as Aciso e operações psicológicas como formas de influenciar a população. Ainda, é notável a descrição do Gabinete (Brasil 2018, 19) do terreno humano fluminense como uma área/população propensa à criminalidade, seguindo o discurso recorrente de que se trata de uma área fora de alcance do Estado, em que a própria administração civil representa uma fragilidade que favorece a desordem. Assim, a condução da Intervenção (ou, a condução militar), descrita como mais profissional e moralmente orientada (Brasil 2019a), seria capaz de deixar um ordenamento sustentável para o futuro. Não é desnecessário salientar que esse não foi o quadro real, pois os índices de violência permaneceram e, em muitas regiões, aumentaram exponencialmente (Ramos 2019). Contudo, interessante é, novamente, a apresentação da ação militar como uma solução de ordem, a partir de seus parâmetros, e uma melhoria prometida para o futuro que não chega.

O que esse conjunto de concepções sobre o emprego doméstico da força revela é um posicionamento do Exército como intérprete da população em seu estado atual, por meio da produção da consciência situacional, mas também como intérprete de uma situação futura que se almeja alcançar. Assim, existe uma projeção de futuro, de condições e objetivos colocados pela organização militar que orientam as ações no presente sobre a população e, em contrapartida, o debruçar da organização sobre as condições atuais do “terreno humano” produz a antecipação sobre riscos potenciais, alocados no futuro.

É nessa dinâmica que entendemos haver uma *expansão temporal do militarismo*. O emprego da força em formatos como as Aciso e GLO, permeadas pela concepção da atuação militar sobre terrenos humanos que precisam ser pacificados, não se dá apenas sobre o “território”. Ou, de outra forma, a concepção do terreno humano não é apenas espacial, mas também engloba a antecipação que é feita em relação ao futuro. Essa antecipação é feita em um futuro mais próximo, balizado pelos objetivos da operação em questão como a estabilização da ordem pública, mas também ressona com um pensamento conservador sobre o ordenamento social, que remete à estabilização de longo prazo da pacificação.

Por exemplo, a mobilização das Aciso para facilitar o ajuste de autoridade entre as Forças e a população, ou as medidas de policiamento das GLO e de organização da pacificação, fazem parte de uma projeção de um estado das coisas que se pretende alcançar; portanto, são associadas a medidas de desenvolvimento junto à população, incluindo suas instituições políticas e econômicas, que refletem lógicas históricas de conservação da ordem social. E, assim, essa projeção do “Estado Final Desejável” não se restringe apenas às operações em curso, pois esse exercício militar de projetar objetivos futuros para o desenvolvimento nacional remete ao histórico da organização de se colocar como intérprete da nação e de força promotora para alcançar o progresso. Por isso, cabe sinalizar a aproximação dessa lógica com o “Projeto de Nação” produzido pelo Instituto General Villas-Bôas e pelo Instituto Sagres. Apesar de ser apresentado como produto de elaboração de cenários prospectivos, o documento trabalha com um único cenário-foco, um estado desejável cujos parâmetros são definidos a partir de noções conservadoras e autoritárias do que o Brasil é e como deve ser (Domingos 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expostas essas práticas que compõem o engajamento militar doméstico, ressaltamos como estabelecem uma *expansão temporal do militarismo*, na medida em que combinam uma concepção de nação de longo prazo com ações imediatas. Das Aciso às GLOs e seus desdobramentos, vigora uma lógica de que a ação militar promove um tipo de ordenamento que promete o desenvolvimento — concebido pelas próprias Forças — no movimento clássico do binômio de promover um tipo de progresso conservando o status quo. Permanece, nesse histórico do engajamento doméstico, a presença pulsante da conquista de corações e mentes como orientação castrense, manipulação da informação para influenciar o comportamento e opinião pública, e o aprofundamento das práticas de vigilância como forma de gestão da população. Como indicamos na apresentação do texto, não significa

que as Forças tenham, de fato, controle sobre todas essas dimensões, e que toda ação militar é intencionalmente voltada para tanto. Trata-se de heranças sociopolíticas na organização, que vão se atualizando e modificando. Indicamos, por exemplo, como isso se expressa na concepção do terreno humano a ser mapeado, compreendido e interpretado a partir da observação sistemática, que se torna alvo dos vários formatos de ação das forças para evitar que dele surjam, ou se manifestem, os riscos e ameaças à ordem — por isso a ênfase na antecipação.

Assim, quando se considera a ordem como algo sob risco ou ameaçada, existem duas ordens distintas na concepção castrense, porém intrínsecas: a ordem pública e a ordem social. A ordem pública, constitucionalmente balizada, atende à antecipação no curto/médio prazo, nos elementos mais tangíveis da gestão da segurança pública, como estabilidade do funcionamento dos serviços públicos, diminuição de índices de violência, criminalidade e afins. A ordem social é aquela que informa a temporalidade de longo prazo, e vem de raízes históricas profundas de concepção do que é o país, o Estado, a população e suas divisões raciais, de gênero e de classe que se busca conservar. A relação entre as duas ordens, e por extensão entre a antecipação e a predição, é dialética. A visão de futuro informa as operações táticas, e estas refletem um olhar de longo prazo. As temporalidades retroalimentam-se e infundem uma identidade militar seguidamente atualizada nos marcos de uma condição salvadora e superior às conjunturas e alevisias políticas.

Ocorre que a concepção de futuro das forças armadas, neste artigo focado no Exército, é tributária de uma visão autoritária. A marca destas concepções reside em um processo de restrição de futuros, impondo uma imagem mistificada de apropriação de um futuro único, desqualificando, quando não decretando que alternativas de outros futuros, têm origem naqueles que pregam a ruptura de uma ordem social imposta. O resultado é outra faceta da autoatribuição de um papel de estabelecimento de um futuro projetado que corresponde ao estado final desejado, termo caro às ações de contrainsurgência. O estado final desejado é a imposição de um futuro encapsulado. A extorsão de futuros gera uma outra forma de pacificação, um ato violento a orientar a antecipação e a predição. É uma expansão temporal do militarismo.

REFERÊNCIAS

Alliez, Éric, and Maurizio Lazzarato. 2020. *Guerras e capital*. São Paulo, SP: Ubu Editora.

Aradau, Claudia, and Rens Van Munster. 2007. "Governing Terrorism Through Risk: Taking Precautions, (Un)Knowing the Future". *European Journal of International Relations* 13, no. 1: 89–115. doi.org/10.1177/1354066107074290.

Arantes, Paulo Eduardo. 2014. *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. 1. ed. Coleção Estado de sítio. São Paulo SP: Boitempo Editorial.

Balzacq, Thierry, Tugba Basara, Didier Bigo, Emmanuel Gutter, and Christian Olsson. 2017. "Security Practices". In *The International Studies Encyclopedia*, edited by Robert Allen Denmark and Renée Marlin-Bennett. Oxford: Oxford University Press.

Berenskoetter, Felix. 2011. Reclaiming the Vision Thing: Constructivists as Students of the Future. *International Studies Quarterly*: 647–68.

Brasil. Exército Brasileiro. 2009. *Caderno de Instrução CI 45-01 – Ação Cívico-Social*. Brasília. DF.

Brasil. Exército Brasileiro. 2015. *Manual de Campanha EB20-MC-10.217. Operações de Pacificação* 1. ed. Brasília, DF.

Brasil. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. 2018. EB70-MC-10.242 - *Operação de Garantia da Lei e da Ordem*. 1. ed.

Brasil. Exército Brasileiro. 2023. *Manual de Campanha EB70-MC-10.336. Processo de Integração Terreno, Condições Meteorológicas, Inimigo e Considerações Cívicas — PITCIC* 1. ed.

Brasil. GIFRJ. 2018. *Plano Estratégico do Gabinete de Intervenção Federal*. Rio de Janeiro: Iferj.

Brasil. GIFRJ. 2019. *Relatório de gestão: 2018*. Rio de Janeiro: Gabinete de Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio De Janeiro (GIFRJ).

Brasil. Ministério da Defesa. 2013. *Garantia da Lei e da Ordem — MD33-M-10*. 1. ed. Brasília, DF.

Brasil. Ministério da Defesa. 2023. *Histórico das Operações de GLO 1992-2023*. Brasília: Ministério da Defesa

Brooks, Risa, and Peter M. Erickson. 2022. "The Sources of Military Dissent: Why and How the US Military Contests Civilian Decisions about the Use of Force". *European Journal of International Security* 7, no. 1: 38–57. doi.org/10.1017/eis.2021.34.

Bruno, Fernanda. 2018. "Visões Maquínicas da cidade maravilhosa: do centro de operações Rio à Vila Autódromo". In *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*, edited by Fernanda Bruno, Bruno Cardoso, Marta Kanashiro, Luciana Guilhon, and Lucas Melgaço: 239–56. Boitempo.

Cardoso, Bruno. 2018. “Estado, tecnologias de segurança, e normatividade neoliberal” In *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*, edited by Fernanda Bruno, Bruno Cardoso, Marta Kanashiro, Luciana Guilhon, and Lucas Melgaço: 91–106. Boitempo.

Carvalho, Vinicius Mariano, and Raphael C. Lima. 2023. “Shaping the Security-Development Nexus in Brazil: The Military as a Modernising and Nation-Building Actor?” *Conflict, Security & Development* 23, no. 2: 105–33. doi.org/10.1080/14678802.2023.2203094.

Castro, Celso. 1995. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar.

Castro, Celso. 2023. *Forças armadas na segurança pública*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.

Chamayou, Gregoire. 2015. *A theory of the drone*. New York: The New Press.

Clarke, John L. 2006. *Armies in homeland security: american and european perspectives*. Washington, DC, United States: National Defense University Press.

Coelho, Edmundo. 1976. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileiras*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

Desch, Michael. 1999. *Civilian Control of the Military: the changing security environment*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press 1999.

Diamint, Rut. 2015. “A New Militarism in Latin America”. *Journal of Democracy* 26, no. 4: 155–68. doi.org/10.1353/jod.2015.0066.

Domingos Neto, Manuel. 2022. *Comentários a um Delírio Militarista*. Parnaíba: Gabinete de Leitura.

Escobar, Arturo. 2016. *Autonomía y Diseño: la realización de lo comunal*. Popayán: Editorial da Universidad del Cauca.

Esterhuysen, Abel. 2019. “The domestic deployment of the military in a democratic South Africa: Time for a debate”. *African Security Review* 28, no. 1: 3–18.

Fanon, Frantz. 2021. *The wretched of the earth*. 60th anniversary edition. New York: Grove Press.

Federici, Silvia. 2017. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Editora Elefante.

Fernandes, Ananda. 2009. “A reformulação da Doutrina De Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: A geopolítica de Golbery do Couto e Silva”. *Antíteses* 2, no. 4: 831–56

Freedman, Lawrence. 2019. *The Future of War: A History*. New York: Public Affairs.

Galula, David, e John A. Nagl. 2006. *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice*. PSI Classics of the Counterinsurgency Era. Westport, Conn.: Praeger Security International.

Harig, Christoph. 2022. “Militaryisation by Popular Demand? Explaining the Politics of Internal Military Roles in Brazil”. *Bulletin of Latin American Research* 41, no. 3: 465–82. doi.org/10.1111/blar.13289.

Harig, Christoph, e Chiara Ruffà. 2022. “Knocking on the Barracks’ Door: How Role Conceptions Shape the Military’s Reactions to Political Demands”. *European Journal of International Security* 7, no. 1: 84–103. doi.org/10.1017/eis.2021.30.

Hayes, Robert. 1991. *A Nação Armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

Klinger, Bertoldo, Estevão Leitão de Carvalho, and Joaquim de Sousa Reis. 2019. “Edição Completa”. *A Defesa Nacional* 1, no. 1. www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/2253.

López, Ernesto. *Seguridad Nacional y Cedición Militar*. Buenos Aires: Legasa 1987.

Mais de 10 mil militares e policiais reforçam segurança no Rio de Janeiro. G1. *Jornal Nacional* (Jul.). g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/mais-de-10-mil-militares-e-policiais-reforcam-seguranca-no-rio-de-janeiro.html#:~:text=Mais%20de%2010%20mil%20homens,priorizando%20o%20trabalho%20de%20intelig%C3%Aancia.

Marques, Adriana. 2007. *Amazônia: pensamento e presença militar*. Tese (Doutorado em Ciência Política) — São Paulo: Universidade de São Paulo.

Marques, Adriana. 2023. “O emprego das forças armadas em operações de garantia da lei e da ordem e suas implicações para a defesa nacional”. In *Entre as assombrações do passado e as sementes do futuro: notas sobre a defesa no sul global*, edited by Héctor Luis Saint-Pierre, Isabel dos Anjos, and Eduardo Mei. São Paulo, SP: Hucitec Editora.

Mariutti, Eduardo. 2018 “Presentismo e a crise da modernidade: diagnóstico provisório e primeiras impressões”. Texto para Discussão. *Unicamp* 349. Campinas: IE.

McCann, Frank. 2007. *Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras.

Medeiros Passos, Anaís. 2023. “From Counterinsurgency to Law-and-Order Operations: An Analysis of Social Civic Actions Implemented by the Brazilian Army”. *Conflict, Security & Development* 23, no. 2: 135–52. <https://doi.org/10.1080/14678802.2023.2226610>.

Meneghim Donadelli, Laura, Héctor Luis Saint-Pierre, and Marina Gisela Vitelli. 2021. “Os documentos de defesa do Brasil: aproximações sucessivas à Doutrina de Segurança Nacional”. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad* 16, no. 2: 141–56. doi.org/10.18359/ries.5602.

Mignolo, Walter D. 2017. “Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade”. Traduzido por Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 32, no. 94: 1. doi.org/10.17666/329402/2017.

Minois, Georges. 2016. *História do Futuro: dos profetas à prospectiva*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

Neocleous, Mark. 2011. “A Brighter and Nicer New Life: Security as Pacification”. *Social & Legal Studies* 20, no. 2: 191–208. doi.org/10.1177/0964663910395816.

Neocleous, Mark. 2013. “The Dream of Pacification: Accumulation, Class War, and the Hunt”. *Socialist Studies/Études Socialistes* 9, no. 2. doi.org/10.18740/S4K01H.

Norden, Deborah. 2016. “Latin American Militaries in the 21st Century: civil-military relations in the era of disappearing boundaries”. In *Routledge Handbook of Latin American Security*, edited by David Mares and Arie Kacowicz. New York: Routledge.

Olsson, Christian. 2008. “Military Interventions and the Concept of the Political: Bringing the Political Back into the Interactions between External Forces and Local Societies”. In *Terror, Insecurity and Liberty: Illiberal Practices of Liberal Regimes after 9/11*, edited by Didier Bigo and Anastasia Tsukala, 146–77. Routledge Studies in Liberty and Security. London: Routledge.

Penido, Ana, Frederico Costa, and Mariana Janot. 2021. “Forças armadas no Brasil: profissão e intervenção política”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* 96: 1–22. doi.org/10.17666/bib9602/2021.

Rodrigues, Thiago, Thaianne Mendonça, and Tadeu Morato. 2022. “A Guerra para Dentro: Pacificação como doutrina e prática das forças armadas do Brasil”. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa* 8, no. 2. doi.org/10.26792/rbed.v8n2.2021.75263.

Peron, Alcides. 2021. *American way of war*: “guerra cirúrgica” e o emprego de drones armados em conflitos internacionais. Appris Editora e Livraria Eireli - ME.

Ramos, Silvia. 2019. *Intervenção federal: um modelo para não copiar*. Rio de Janeiro: Cesec. cesecseguranca.com.br/textodownload/intervencao-federal-um-modelo-para-nao-copiar.

Reina-Rozo, Juan David. 2023. Futures, speculations and designs for other possible horizons. *Andamios* 20, no. 51: 195–221.

Saint-Pierre, Héctor Luis. 2011. “‘Defesa’ ou ‘segurança’?: reflexões em torno de conceitos e ideologias”. *Contexto Internacional* 33, no. 2: 407–33.

Santos, Gabriela. 2020. “Gênero e contrainsurgência: a estratégia dos Estados Unidos na Guerra no Afeganistão”. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas. São Paulo.

Santos, Victória M. S., and Maíra Siman. 2022. “Civil-Military Relations as a ‘Coordination Problem’? Doctrine Development and the Multiple ‘Missions’ of the Brazilian Armed Forces”. *Critical Military Studies*: 1–21 (Mar.). doi.org/10.1080/23337486.2022.2047502.

Sardenberg, Idálio. 2017. “Princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra”. *Revista da Escola Superior de Guerra* 8: 9–15 (Jul.). doi.org/10.47240/revistadaesg.v0i8.96.

Siman, Maíra Gomes. “‘Pacificação’ como prática de ‘política externa’ de (re)produção do *self* estatal: rescrevendo o engajamento do Brasil na missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (Minustah)” Tese (doutorado) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais.

Siman, Maíra, and Victória Santos. 2018. “Interrogating the Security–Development Nexus in Brazil’s Domestic and Foreign Pacification Engagements”. *Conflict, Security & Development* 18, no. 1: 61–83. doi.org/10.1080/14678802.2017.1420312.

Soares, Samuel. 2006. *Controles e autonomias: as forças armadas e sistema político brasileiro (1974–1999)*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp.

Souza, Adriana Barreto De. 2008. “O resgate do que se desmancha: a cartografia da pacificação da Balaiaida”. *Topoi (Rio de Janeiro)* 9, no. 16: 233–57. doi.org/10.1590/2237-101X009016009.

Succi Junior, David P. 2024. “What Is Blurred? Legitimizing Domestic Military Operations in Contemporary Brazil”. *Critical Military Studies* 10, no. 1: 83–103. doi.org/10.1080/23337486.2023.2201983.

Succi Junior, David P., and Héctor Luis Saint-Pierre. 2021. “Forças armadas e segurança pública na Argentina e no Brasil: reafirmação e ruptura do papel interventor”. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa* 7, no. 2. doi.org/10.26792/rbed.v7n2.2020.75218.

Suchman, Lucy. 2023. “Imaginary of Omniscience: Automating Intelligence in the US Department of Defense”. *Social Studies of Science* 53, no. 5: 761–86. doi.org/10.1177/03063127221104938.

Trinquier, Roger. 1985. *Modern Warfare: a French View of Counterinsurgency*. London: Pall Mall Press.

Weldes, Jutta. 1996. “Constructing National Interests”. *European Journal of International Relations* 2, no. 3: 275–318. doi.org/10.1177/1354066196002003001.

EXPANSÃO TEMPORAL DO MILITARISMO: CAPTURA DO FUTURO NO ENGAJAMENTO MILITAR DOMÉSTICO NO BRASIL

RESUMO

A atuação das forças armadas no interior das fronteiras do Estado é um fenômeno central no debate sobre a relação da instituição militar com o Estado e a sociedade no Brasil. No presente artigo, argumentamos que a atuação doméstica das forças armadas brasileiras é perpassada por dinâmicas de produção de imagens de futuro, que se estabelecem em duas temporalidades. A primeira, de longo prazo, está vinculada a uma noção de desenvolvimento definido e guiado pelo instrumento militar. Deste modo, define o futuro ao qual se deve chegar, limitando outras possibilidades e visões alternativas, em uma lógica de predição. A segunda, de curto prazo, está expressa em práticas de antecipação que permeiam as operações domésticas, como operações de Garantia da Lei e da Ordem e ações cívico-sociais. Esta, por sua vez, representa modos de operacionalização da produção da ordem interna, vislumbrada na imagem de longo prazo. Assim, argumentamos que uma das dimensões do militarismo no Brasil também é sua expansão temporal.

Palavras-chave: Forças Armadas; Militarismo; Ordem Interna; Futuro.

ABSTRACT

The performance of the armed forces within the State's borders is a central phenomenon in the debate on the relationship of the military with the State and society in Brazil. In this paper, we argue that the domestic deployment of the Brazilian Armed Forces is permeated by the production of images of the future, which are established in two temporalities. The first, long-term, is related to a notion of development defined and guided by the military. In this way, it establishes the future to which one must arrive, limiting other possibilities and alternative visions, in a logic of prediction. The second, short-term, is expressed in practices of anticipation that permeate domestic operations, such as Law and Order Assurance Operation (GLO) and Civic-Social Actions (ACISOs). This, in turn, represents ways of operationalizing the production of the internal order, visioned in the long-term image. We argue that one of the dimensions of militarism in Brazil is also its temporal expansion.

Keywords: Armed Forces; Militarism; Internal Order; Future.

Recebido em 09/03/2024. Aceito para publicação em 26/07/2024.

NOTA

1. A lógica da predição refere-se a uma concepção de restrição de futuros, desconsiderando as suas características de incerteza e de multiplicidade. A predição é uma forma de considerar o futuro como projeção do passado e do presente (ver Godet e Durance 2011).